

Resumo de notícias econômicas

06 de Agosto de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 148

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 06 DE AGOSTO DE 2021

Dificuldades para preservar o salário real

Broadcast

Dos quatro últimos semestres, o período janeiro-junho deste ano está sendo, em média, o menos favorável para os salários negociados entre empregados e empregadores. Desde dezembro de 2020, o reajuste mediano real dos salários acertados em acordos e convenções coletivas tem sido predominantemente menor do que a inflação, como mostra o Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), estudo que acompanha mensalmente os resultados das negociações trabalhistas com base nos registros do Ministério da Economia. Nas únicas exceções do período, as negociações de fevereiro e maio apenas repuseram a inflação passada. Nem mesmo no ano passado, fortemente marcado pela pandemia nos planos econômico e social, os reajustes foram tão pouco benéficos para os salários como estão sendo neste ano. Em 2020, apenas em abril o reajuste mediano foi inferior à inflação de 12 meses. No segundo semestre, com exceção de dezembro, os reajustes foram iguais à inflação.

O coordenador do Salariômetro e professor da USP, Hélio Zylberstajn, observa que o poder de barganha dos trabalhadores é condicionado principalmente por dois fatores: o nível de atividade da economia e a inflação acumulada entre uma negociação e outra. Quando a economia cresce e a inflação é baixa, é maior a probabilidade de os trabalhadores obterem ganhos reais de salários nas negociações de acordos coletivos (entre uma empresa e o sindicato de empregados) e convenções coletivas (entre sindicatos patronais e de trabalhadores).

Assim, os reajustes foram mais do que suficientes para repor a inflação no segundo semestre de 2019 e, com exceção de abril, nos primeiros seis meses de 2020. Já no segundo semestre do ano passado, quando em média não houve perda nem ganho salarial, a atividade econômica iniciava a recuperação sobre uma base de comparação muito baixa.

A despeito dos resultados positivos de diferentes segmentos da economia, a aceleração da inflação nos últimos meses parece ter sido o fator determinante para os resultados pouco expressivos para os trabalhadores no período.

As negociações coletivas depois da pandemia trouxeram à mesa dois novos assuntos: o trabalho a distância e a manutenção do emprego. À medida que a vida econômica e social se normaliza, porém, eles deverão perder relevância.

Deputados aprovam texto para venda dos Correios

O Estado de S. Paulo

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 286 votos a 173, o projeto de lei que abre caminho para a venda da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Com o aval do Congresso, o governo planeja fazer o leilão da estatal no primeiro semestre de 2022 e se desfazer de 100% da empresa pública. O projeto vai ao Senado.

A proposta será analisada pelo Senado. A previsão do secretário especial de Desestatização, Desinvestimento do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, é que o texto será aprovado pelos senadores até, no máximo, início de setembro e o leilão saia até abril do ano que vem. Para justificar a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que tem mais de 90 mil empregados e foi criada em 1969, o governo afirma que há uma incerteza quanto à capacidade de investimentos futuros da companhia. Na avaliação do Executivo, a necessidade de investimentos de R\$ 2 bilhões ao ano na estatal justifica sua venda à iniciativa privada. O deputado Gil Cutrim, relator do projeto, afirmou que o setor postal passa por transformações, principalmente pela digitalização das comunicações e as transações comerciais online. Para o deputado, a União não tem como suprir a demanda de investimentos.

Além da tramitação da proposta no Congresso, o governo terá de acompanhar de perto a tramitação de processo no STF) que questiona a privatização dos serviços postais. Em julho, o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestou favorável à ação e afirmou que a Constituição não permite a prestação indireta dessas atividades, como quer o Executivo.

Segundo Mac Cord, o governo tem “toda a segurança jurídica” no modelo de venda escolhido, pelo qual a empresa que arrematar a estatal vai operar os serviços

postais por meio de contrato de concessão. O secretário disse haver “zero preocupação” com o processo no STF.

O texto aprovado pela Câmara trouxe a possibilidade de um prazo maior de exclusividade, de cinco anos a partir da publicação da lei, na operação de serviços postais pela empresa que arrematar os Correios. A exclusividade se refere às atividades relacionadas a cartas, cartão postal, correspondência agrupada e serviço público de telegrama.

De acordo com o texto aprovado, os funcionários da estatal terão estabilidade de um ano e meio na empresa a partir do momento da privatização. Também haverá um plano de demissão voluntária com período de adesão de 180 dias contados da desestatização. A empresa que vier a comprar os Correios terá, ainda, que oferecer aos funcionários um Plano de Demissão Voluntária (PDV), com período de adesão de 180 dias a contar da privatização.

Com novos contratos, Odebrecht prevê retomada

Broadcast

A Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) faz planos para se reerguer após cinco anos seguidos de queda no faturamento, diante da pressão da Operação Lava Jato, que desarticulou esquemas de corrupção entre grandes construtoras e políticos de vários partidos. A empresa vem firmando novos contratos de obras e estima superar em 2021 a receita de 2020, que atingiu R\$ 3,76 bilhões. O número, porém, ainda será modesto perto do pico de 2014, quando chegou a R\$ 32,4 bilhões, impulsionado pelas obras da Copa do Mundo e da Olimpíada. O contrato mais recente fechado pelo grupo é para as obras do Terminal Gás Sul, licenciado para a New Fortress Energy (NFE) na Baía de Babitonga, em Santa Catarina, com investimentos de R\$ 385 milhões.

A empresa também está na fase final da contratação das obras de trecho da BR-163, cujos gastos podem movimentar até R\$ 400 milhões. No radar, está a nova onda de investimentos em infraestrutura decorrentes dos últimos pacotes de concessões públicas.

O presidente da OEC, Marco Siqueira, diz que a retomada é fruto do processo de reestruturação, que passa pelos campos de finanças, governança e produtividade. A

construtora obteve, por exemplo, o ISO 37001, selo internacional de gestão antissuborno.

Mesmo com o encolhimento das receitas, a OEC ficou à frente de Andrade Gutierrez (R\$ 1,79 bilhão), Método (R\$ 1,22 bilhão), Queiroz Galvão (R\$ 1,20 bilhão) e Camargo Correa Infra (R\$ 1,16 bilhão) no ano passado.

Inadimplência e o mercado de compra de títulos de créditos

Broadcast

A inadimplência trazida pela pandemia está batendo na porta de investidores especializados na compra de créditos com problemas. A estimativa de instituições e empresas que vendem e compram essas dívidas, ouvidas pela Deloitte, é de alta de 50% no volume transacionado este ano ante 2020 – envolvendo R\$ 33 bilhões. O número pode chegar a R\$ 40 bilhões, pois algumas casas ficaram fora da pesquisa. O levantamento mostrou outros reflexos da pandemia. Ao lado dos bancos, as varejistas aparecem entre as que mais venderam carteiras de crédito “podre” e, em sua maioria, de pessoas físicas.

O sócio da Deloitte, Luís Vasco, afirma que as varejistas vêm sofrendo com a inadimplência e perceberam que podem fazer caixa com a venda desse crédito. Para ele, o valor total das carteiras vendidas deve ser ainda maior em 2022. A projeção de R\$ 33 bilhões em carteiras a serem vendidas não corresponde ao que efetivamente será negociado. Como são empréstimos não pagos, essas carteiras são vendidas com desconto. Assim, a expectativa das casas que compram esses créditos é de que gastem R\$ 6,2 bilhões este ano, ante R\$ 4,4 bilhões pagos por carteiras inadimplentes em 2020.

Megafusão no mercado de locação de veículos

Broadcast

A análise da fusão entre Localiza e Unidas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pode ganhar novo capítulo em breve. A superintendência da autarquia deve emitir opinião sobre o caso nas próximas semanas. Nos bastidores surgem divergências sobre prováveis exigências do Cade para autorizar a operação - os

chamados remédios – que podem acabar sendo “amargos demais”. Ademais, a recomendação de reprovação não está descartada.

Parte interessada, a Movida enviou nota técnica ao órgão, afirmando que “mesmo antes da aprovação do Cade, parece estar se materializando o efeito que se espera com a fusão, com prejuízos relevantes para o consumidor”. A Movida diz que “é a primeira vez em cinco anos que se observa uma reversão da tendência de queda de preços nesse mercado, escancarando o dano que a operação pode causar à livre concorrência” no mercado de aluguel.

Uma das hipóteses é que para aprovar a operação o Cade exija a venda do negócio de aluguel de carros pela Unidas ou mesmo a venda da marca. Nesse cenário, já há interessados, porém, a solução não faria sentido para a Unidas. A combinação dos negócios da Localiza e da Unidas, no fim de 2020, previa uma gigante da locação de veículos, com valor de mercado de R\$ 50 bilhões. De lá para cá, a expectativa sobre a união foi incorporada aos preços das ações. A Localiza já vale mais de R\$ 46 bilhões e a Unidas, cerca de R\$ 14 bilhões.

Para um analista, se a fusão for reprovada, as ações da Unidas vão derreter. Procurada, a Localiza disse “que apresentou ao Cade informações sobre o negócio e estudos sobre a dinâmica do setor. Eventuais esclarecimentos sobre a operação estão sendo discutidos com a autarquia”. A Unidas não se manifestou. A Movida não comentou.

Retomada das viagens aéreas ainda decepciona

Broadcast

A demanda por viagens aéreas até melhorou nos últimos meses, mas os resultados das companhias aéreas continuam decepcionantes. Medida em passageiro-quilômetro pago (RPK, na sigla em inglês), a demanda de passageiros internacionais em junho foi 80,9% menor do que em junho de 2019, ano que a Associação Internacional do Transporte Aéreo (Iata) vem tomando como base de comparação para evitar as distorções que traria o cotejo com os resultados de 2020, quando a pandemia praticamente forçou a paralisação temporária da aviação mundial.

Há um movimento na direção certa (as perdas, embora continuem elevadas, estão se reduzindo), especialmente em alguns mercados domésticos importantes, observou o diretor-geral da IATA, Willie Walsh. Mas ainda é muito pouco o que se alcançou. “A situação das viagens internacionais não está nem perto de onde precisamos estar”, diz ele.

Junho marca o início da alta temporada para os voos internacionais no Hemisfério Norte, mas, neste ano, as companhias transportaram apenas 20% dos passageiros que haviam transportado dois anos antes. “Isso não é recuperação, é uma crise contínua”, completa Walsh. Para ele, a continuação da crise tem como causa “a ausência de ação governamental”.

Há alguns indicadores mais animadores do que os referentes ao transporte internacional de passageiros. A demanda do transporte de carga, por exemplo, cresceu 8% no primeiro semestre deste ano, na comparação com 2019. Em junho, o aumento foi ainda mais expressivo: de 9,9%, na comparação com junho de 2019. A demanda interna total, embora também apresente resultados negativos, é bem menos problemática que a internacional. A queda em junho na comparação com 2019 foi de 22,4%; em maio, fora de 23,7%.

Apesar do avanço da vacinação em muitos países, persistem restrições a viagens internacionais. Levantamento da IATA em 182 países constatou que 23 deles estavam com o mercado totalmente fechado ao tráfego internacional em junho; outros 60 impunham restrições a passageiros vindos de regiões com maior risco. Do total, 52 países exigiam medidas como quarentena de viajantes vindos de países com alto nível de contaminação pela covid-19; 67 tinham restrições a algumas regiões; e só 43 não impunham restrições.

Economia já está fragilizada'

O economista Luís Eduardo Assis acredita que turbulência política pressionará a inflação.

O Estado de S. Paulo

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, ocorre em um momento delicado para a economia, que ainda se encontra fragilizada em razão da pandemia e com o

desemprego atingindo cerca de 14,8 milhões de brasileiros. Com a proximidade das eleições, dificilmente a taxa de câmbio cairá, podendo aliviar as pressões na inflação, o que deve fazer o Banco Central continuar elevando os juros em 2022. Esta é a avaliação do economista Luís Eduardo Assis, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central. Em entrevista, ele afirma que os juros mais altos tendem a prejudicar as famílias mais endividadas, e a falta de um plano econômico do governo prejudica ainda mais a situação. “Estamos à deriva do ponto de vista da economia”, diz.

- **Na avaliação do sr., qual é o impacto da alta da Selic para a economia?**

A principal questão é que o Banco Central teve de iniciar um ciclo de elevação dos juros com um desemprego acima de 14%. Isso não acontecia antes. A última vez que começou a subir juros foi em 2013, e o desemprego estava na faixa de 7% ou 8%. Esse é o grande dilema. Tivemos um choque no ano passado absolutamente excepcional. Em geral, existe uma correlação negativa entre preço de commodities e taxa de câmbio. No ano passado, essa correlação não prevaleceu. A elevação do preço das commodities foi muito significativa. E houve também uma desvalorização cambial. O aumento do preço das commodities medido em reais foi de 72%, somando esses dois efeitos. É um choque gigantesco.

- **Essa inflação tende a persistir?**

É o que veremos daqui para frente. Podemos torcer, e só torcer, para que os preços internacionais das commodities caiam. Mas é só uma questão de torcer. E o real, bem ou mal, está em linha com a moeda de outros países emergentes. Acho difícil esperar uma valorização maior, com o dólar abaixo de R\$ 5, por exemplo.

- **Por que não?**

Por causa da turbulência política, que está encomendada (com a proximidade das eleições). A gente está numa situação única. Qual é o projeto da política econômica hoje? Qual é o plano? Não existe plano. O único objetivo do governo é evitar o impeachment, conseguir chegar até o fim do mandato e, eventualmente, ser um candidato competitivo. Mas isso não dá espaço para planejar a política econômica. Ao contrário. Abre espaço para o populismo fiscal. A gente vê hoje a tentativa de arrumar subterfúgios no Orçamento para engordar o Bolsa Família e tentar combater a

impopularidade. Isso não tem nada a ver com planejamento econômico. Estamos à deriva do ponto de vista da economia.

• **Nesse ambiente, quais os efeitos dos juros mais altos para o consumo e o governo?**

A elevação de juros pega as famílias e setor público mais endividados. A dívida pública subiu mais de R\$ 1 trilhão no ano passado. Sem falar no impacto dos juros altos para a desigualdade. A pandemia também serviu para aumentar o fosso entre as pessoas de renda mais alta e das pessoas que ganham menos. Isso terá um impacto duradouro, que vai reverberar pelos próximos anos.

• **O sr. vê esse ciclo de alta se estendendo no ano que vem?**

Vejo. Acho que a alta é maior do que o mercado está precificando. À medida que o setor de serviços retome a demanda, a pressão sobre a inflação de serviços, que representa cerca de 37% do IPCA e hoje está baixa, vai gerar tensão adicional sobre a inflação. A não ser que haja uma valorização do real e uma queda forte das commodities. Mas isso não está no mapa, principalmente o câmbio, com a turbulência política.

Como ficam as aplicações financeiras

O Estado de S. Paulo

Os investimentos pós-fixados se beneficiam do novo cenário, mas especialistas indicam renda variável para quem pretende pelo menos bater a inflação.

Investimentos pós-fixados tendem a se beneficiar de ciclos de alta de juros, como ocorre agora. Essas operações são corrigidas por algum indexador que flutua, como a Selic, a taxa básica de juros; o CDI (Certificado de Depósito Interbancário, a taxa de juros cobrada nos empréstimos entre bancos); ou o IPCA, o índice oficial de inflação do País. Especialistas ainda indicam a renda variável para aqueles que querem ter alguma possibilidade de ganhos acima da inflação.

Analistas afirmam que a metade final de 2021 será mais volátil por causa das preocupações com a variante delta do coronavírus, da inflação generalizada e persistente no Brasil, do buraco fiscal exposto pelas disputas em torno dos precatórios,

da crise de energia e também dos prejuízos causados ao agronegócio pelas ondas de frio no País.

“Além do período de geadas e da estiagem, que já naturalmente deixa o preço da carne e o do leite mais alto, porque tem menos pasto para o gado, temos também a crise hídrica mais acentuada. Mesmo que o preço das commodities e do petróleo ceda, tem uma inflação mais generalizada”, disse o professor de Finanças da FGV-SP Fabio Gallo. Nicolas Borsoi, economista da Nova Futura Investimentos, completa: “E o câmbio não desarmou. Chegou a operar abaixo dos R\$ 5, mas depois o dólar voltou a subir. Poderia ser uma fonte de alívio da inflação”.

Renda variável: Ainda assim, há otimismo em relação à Bolsa. Especificamente para este mês, Borsoi cita quatro “temas”, como ele chama, nos quais o investidor deve prestar atenção. O primeiro é uma carteira com exposição ao mercado acionário americano. Segundo ele, por mais que a variante delta esteja causando preocupação no exterior, não seria o caso de haver uma suspensão da retomada, mas apenas uma desaceleração. Sem contar que, por lá, há muitas empresas de tecnologia que podem não ser afetadas por essa perda de ritmo.

As outras carteiras são ligadas a commodities – produtos básicos, como alimentos, minério de ferro e petróleo, cotados no mercado internacional em dólar –, que desde o começo do ano estão indo bem nas exportações, e as ligadas à reabertura da economia, como empresas do varejo físico e concessionárias de rodovias.

Poupança: A poupança é um dos investimentos com a pior remuneração atualmente. O rendimento é de 70% da Selic (caso a taxa esteja no máximo a 8,5% ao ano) mais a taxa referencial (TR), que está zerada, ou de 0,5% ao mês mais TR, quando a Selic for superior a 8,5%. A caderneta tem liquidez diária. Ou seja, é possível resgatar o dinheiro a qualquer momento.

Se o investidor colocar R\$ 1 mil na poupança hoje, daqui a um ano terá rentabilidade líquida de R\$ 36,75. Mas a rentabilidade real, que é o valor descontado pela inflação, será de R\$ 33,64 negativos. Quem quiser uma alternativa parecida e mais rentável pode tentar o Tesouro

Selic ou o CDB com liquidez diária, indicou Bernardo Pascowitch, fundador do buscador de investimentos Yubb. “Qualquer investimento pós-fixado se beneficia do

ciclo de alta da Selic, mas, mesmo assim, não tem sido o suficiente para bater a inflação”, disse Pascowitch.

Renda fixa: O analista da Ativa Investimentos Rodrigo Beresca analisou como alguns dos principais investimentos mais conservadores se comportam no atual cenário.

CDB: Valem a pena papéis pósfixados no DI, especialmente aqueles que pagam 100% ou mais do CDI, porque a taxa de juros está subindo forte. Lembrando que existem CDBS com liquidez diária e aqueles com prazos mais rígidos para resgate.

Debêntures: Papéis de dívida emitidos por empresas, sejam elas sólidas e bem ranqueadas em agências internacionais, ou que não são bem ranqueadas. Estas últimas costumam pagar um prêmio maior por causa do risco.

LCI e LCA: A vantagem desses instrumentos (Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio) é a isenção do IR, portanto, há um retorno maior do que aplicando em outro ativo que não tenha essa opção, como é o caso do CDB. A lógica para as letras é a mesma: mais atrativo se for no longo prazo porque, com a previsão de novos aumentos para a Selic nos próximos meses, o investidor terá mais chance de embolsar um ganho real (acima da inflação). As boas opções são as taxas pós-fixadas.

Fundos DI: É uma boa opção porque tendem a seguir o CDI, que acompanha a Selic. Em momentos de alta dos juros, são uma opção interessante. Mas é cobrada uma taxa de administração, o que diminui o ganho final.

Tesouro Direto: Os títulos indicados dessa categoria neste momento são o Tesouro Selic e IPCA + (em caso de este apresentar um prêmio mais elevado).

Fundos imobiliários: As cotas de alguns fundos tendem a sofrer um pouco com o cenário de alta de juros. Mas o investidor pode comprar papéis que investem em empreendimentos e locações sólidas que pagam bons proventos de aluguéis ou papéis atrelados a taxas pós e de inflação. Empreendimentos sólidos são aqueles que não apresentam taxa alta de vacância, que investem em balcões logísticos de empresas como varejistas ou que investem em lajes corporativas em locais bem estabelecidos.

Fundos multimercado: Opção interessante, porque os gestores têm liberdade de investir em diversos ativos. Por exemplo, se ele vê que vai haver uma forte alta da taxa de juros, ele pode alocar os recursos em ativos atrelados a taxas flutuantes. Se o cenário mudar e a taxa cair, ele realoca em prefixados.

Era de juros ‘superbaixos’ no crédito imobiliário chega ao fim

Broadcast

Depois de uma longa temporada de corrida dos bancos para baixar os juros do crédito imobiliário, o ciclo se inverteu. As instituições financeiras sobem as taxas dos novos contratos de financiamento, com a previsão de momentos mais difíceis para a economia brasileira.

Os maiores bancos privados do Brasil – Santander, Bradesco e Itaú Unibanco – decidiram aumentar as taxas cobradas no crédito imobiliário em cerca de 0,5 a 1,0 ponto percentual, chegando perto de 8% ao ano.

A taxa média de juros dos financiamentos estava no patamar mais baixo da história do setor, em torno de 7% ao ano. Até uns anos atrás, a média girava em torno de 9% a 10%, o que reduzia consideravelmente o poder de compra da população.

A Caixa Econômica Federal – dona de dois terços do mercado de crédito imobiliário – e o Banco do Brasil também devem fazer movimentos na mesma direção, mas ainda não se manifestaram sobre o assunto. A elevação dos juros do financiamento vai encarecer a parcela paga pelos mutuários em até 9%, aproximadamente. Um empréstimo de R\$ 300 mil com prazo de pagamento de 360 meses no sistema de amortização constante (SAC) gerava uma parcela de R\$ 2.529,57, com a taxa de 7% ao ano vigente até aqui. A partir de agora, essa parcela subirá para R\$ 2.646,81 com taxa de 7,5% ao ano, ou R\$ 2.763,54 com a taxa de 8% ao ano.

A elevação dos juros para a compra da casa própria já era esperada, uma vez que os bancos acompanham o ciclo de alta da taxa básica de juros da economia, a Selic, que serve de referência para remuneração das cadernetas de poupança. Estas, por sua vez, são as fontes de recursos dos bancos para os financiamentos imobiliários.

Com a queda da Selic para os menores patamares da história nos últimos trimestres, os bancos também correram para cortar os juros dos financiamentos e atrair mais clientes. Agora esse movimento se inverteu. As instituições financeiras também acompanham as taxas de juros futuros, que embicaram para cima, por conta de vários fatores que enfraqueceram a economia, desde a inflação alta até as incertezas provocadas pela política nacional.

As vendas de imóveis surfaram a onda dos juros baixos e agora devem ter alguma desaceleração. O efeito, porém, não deve ter impacto tão grande para o setor, na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, Luiz França. Isso porque os juros ainda continuarão abaixo da média histórica – o que ajudará a manter o mercado aquecido por mais tempo.

Petz mira atuação global com a Zee.dog

Broadcast

Perto de sua abertura de capital completar o primeiro aniversário, a varejista de produtos para animais de estimação Petz anunciou uma das maiores transações do mercado pet, ao comprar a Zee.dog, de produtos premium para animais de estimação, por R\$ 715 milhões. A aquisição foi bem recebida pelo mercado, e a ação da Petz encerrou o dia com alta de 5,75%. Segundo o presidente da Petz, Sergio Zimerman, a compra abre vias de expansão para a empresa – faz a rede se colocar no mercado internacional, o que inclui um escritório na China – e traz a possibilidade de desenvolvimentos de novos produtos de marca própria, aproveitando a expertise da Zee.dog. Zimerman, que fundou a Petz há duas décadas, terá sua participação de 33,5% na empresa diluída para cerca de 31%, pois o pagamento envolverá ações.

A Petz lidera esse mercado com cerca de 6% de participação, fatia que subirá para aproximadamente 10% com a aquisição. O segundo e o terceiro lugares são ocupados, respectivamente, pela Cobasi e pela Petlove, em um mercado altamente pulverizado no Brasil.

A aquisição da Zee.dog, que ainda precisa passar pelo crivo do Cade, é a segunda desde a oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) da Petz, em setembro passado. A primeira foi a da plataforma Cansei de Ser Gato, operação concluída nesta semana. Do total que será pago pela transação, R\$ 80 milhões serão à vista e outros R\$ 100 milhões em um prazo de cinco anos – o restante será em ações, que quase dobraram de valor desde o IPO.

A Zee.dog seguirá como companhia independente e permanecerá sob o comando de Felipe Diz, que fundou a empresa há dez anos ao lado do irmão Thadeu e de Rodrigo Monteiro.

A Zee.dog já passou por duas captações. Os fundadores e os fundos terão, assim, uma fatia 5,7% da Petz. Dessa fatia, apenas a gestora Treecorp, que ingressou no capital ano passado com um aporte de R\$ 100 milhões, será acionista com 3%. “O plano inicial era crescer 15% em 2020, mas a companhia cresceu 50%, e em 2021 crescerá mais de 100%”, diz o sócio da Treecorp, Danilo Just Soares.

A internacionalização da Petz já nasce com peso. Com a aquisição, a empresa herda da Zee.dog a presença em mais de 45 países, sendo que cerca de 30% do faturamento da companhia vem de fora do Brasil. A Zee.dog, forte no desenvolvimento de produtos e de marca – inclusive com uma loja aberta no badalado bairro do Soho, em Nova York –, deverá encerrar este ano com faturamento de R\$ 228 milhões, conforme estimativas de mercado. A companhia arrecada a maior parte de seu faturamento online, mas é também conhecida pelas lojas e quiosques – a maior parte deles localizados em shoppings do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O setor faturou R\$ 40,1 bilhões no ano passado, uma alta de 13% sobre 2019, segundo o Instituto Pet Brasil. “Esse mercado tem muito potencial”, ressalta Alberto Serrentino, especialista em varejo da consultoria Varese.

Omie quer virar ‘internet banking’ de empresas

Broadcast

Depois de nomes como Nubank e Neon ajudarem a digitalizar o bolso de brasileiros nos últimos anos, as finanças de empresas (principalmente de pequeno e médio portes) têm se tornado uma nova fronteira para os bancos digitais – e para outras startups que agora querem se “fintechzar”, como a paulistana Omie. Dona de uma plataforma de gestão empresarial, a startup está investindo na combinação de serviços financeiros com tarefas de rotina, como emissão de notas fiscais e controle de fluxo de caixa. A ideia é incluir um “internet banking” dentro do dia a dia das companhias. Para estruturar esse projeto, a Omie anunciou ontem um aporte de R\$ 580 milhões liderado pelo grupo japonês Softbank. Até então, a empresa havia recebido R\$ 105 milhões em investimentos.

Fundada em 2013 por Marcelo Lombardo, a Omie ganhou mercado oferecendo uma plataforma de gestão empresarial em nuvem (ou ERP, na sigla em inglês) para

facilitar a vida de pequenos negócios – em restaurantes, por exemplo, o software da startup oferece integração de compras e estoques para reposição de produtos e ajuda a manter os impostos em dia.

A Omie tem como nicho principal de atuação a contabilidade: os contadores funcionam como ponte, indicando a plataforma para seus clientes. O serviço custa R\$ 55 mensais para empresas do tipo microempreendedor individual (MEI) – ao todo, a startup tem 70 mil clientes.

O plano da Omie é fortalecer a parte de serviços financeiros da plataforma, unindo burocracias e atividades bancárias em um lugar só – assim, um lojista poderia, por exemplo, conferir seu fluxo de caixa, realizar uma TED e registrar a transferência sem migrar de tela.

Parte disso a Omie pretende executar com produtos próprios, oferecendo aos clientes conta-corrente, antecipação de recebíveis e crédito – a empresa espera receber autorização para atuar como agente financeiro até o fim do ano.

Contudo, o trabalho será principalmente de conexão: para respeitar clientes que tenham contas em diferentes bancos, a Omie pretende facilitar a interligação da plataforma com o resto do sistema financeiro. Em junho, a startup firmou uma parceria com o Itaú para oferecer sua plataforma de gestão para as PMES clientes do banco e diz estar aberta a acordos do tipo.

É um movimento de “fintechização” que ganhou impulso com o “open banking”, afirma Diego Perez, presidente da Associação Brasileira de Fintechs (Abfintechs). “Só é possível a uma plataforma de contabilidade oferecer esses serviços financeiros por conta do open banking, que vai permitir que entidades não financeiras se pluguem a produtos dos bancos”, explica Perez, em referência à nova fase de implementação do serviço do Banco Central.

A atenção para arranjos de gestão e finanças não é nova. Em 2019, por exemplo, a Neon comprou a startup MEI Fácil, que ajuda microempreendedores individuais a obter um CNPJ, emitir nota fiscal, pagar guias de impostos, entre outros serviços. Outras fintechs, como a Linker, também têm apostado em contas digitais para empresas conectadas a sistemas de contabilidade. “A tendência é que cada vez mais as fintechs se especializem em grupos específicos”, diz o presidente da associação.

Para Perez, na disputa pelas finanças das PMES, a Omie tem o trunfo de já acompanhar de perto há anos a rotina das empresas. Por outro lado, bancos digitais têm a seu favor a experiência com serviços financeiros digitais e a escala conquistada nos últimos anos.

Apesar do novo cheque, o último ano não foi fácil para a Omie. No começo da pandemia, em abril, a startup chegou a demitir 136 funcionários de sua equipe, que tinha 439 pessoas. Isso porque seus clientes sofreram com a crise: as pequenas empresas estavam lutando para se manterem de portas abertas, e não tinham tempo nem dinheiro para investir em plataformas de gestão. Para se recuperar, uma das providências da startup foi mudar o modelo de negócio e avançar em empresas de médio e grande portes. A Omie voltou a contratar e soma agora 950 pessoas – a expectativa é chegar ao final do ano com 1,5 mil.

As startups de contabilidade vêm ganhando força. No estudo da empresa de inovação Distrito que reúne candidatos brasileiros ao título unicórnio (startups avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão), dois nomes do setor aparecem como destaques para 2021: Conta Azul e Contabilizei. “As ferramentas digitais podem ser grandes aliadas do contador. Elas conseguem transformá-lo em uma peça de maior valor, com trabalho menos braçal e mais analítico”, afirma Barreto.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA - FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP